

DIMENSÕES DE GÊNERO NO MANEJO DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS EM ÁREAS URBANAS E PERI URBANAS

FASE 1

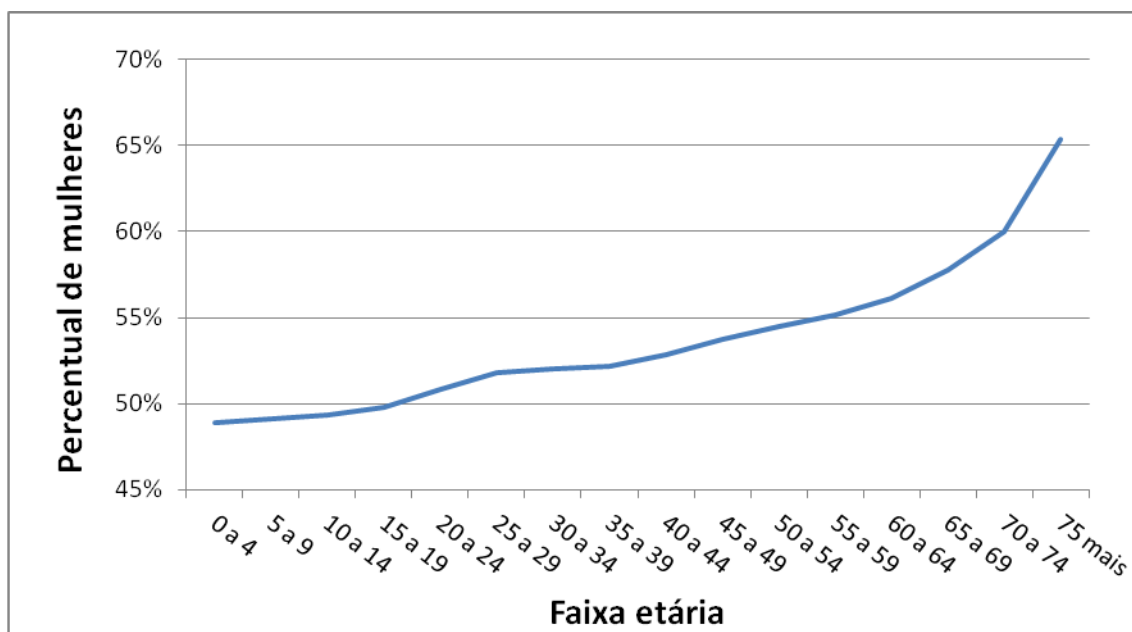
DIAGNÓSTICO RÁPIDO, LIXO E RESÍDUOS NA CIDADE

Conteúdo

DIMENSÕES DE GÊNERO NO MANEJO DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS EM ÁREAS URBANAS E PERI URBANAS.....	1
FASE 1	1
DIAGNÓSTICO RÁPIDO, LIXO E RESÍDUOS NA CIDADE	1
Diagnóstico	2
Descrição geral da cidade e seus resíduos	2
Descrição da gestão dos resíduos	14
O manejo do lixo e dos resíduos	20
Bibliografia	25

Do total de sua população, aproximadamente 52,3% é composto por mulheres, distribuídas com razoável uniformidade no território (fonte: Fundação Seade, 2007). Este percentual é, porém, diferenciado, dependendo da faixa etária, iniciando em 48,9% entre 0 e 4 anos e culminando em 65,4% para a faixa de 75 anos ou mais, conforme se observa no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 : Distribuição do percentual de mulheres por faixa etária



A cidade está dividida administrativamente em 31 subprefeituras, que serão as unidades utilizadas por este trabalho em termos de distribuição geográfica, dadas as desigualdades do município e os dados disponíveis. Em que pese que a menor subprefeitura, em termos de população, ter mais de 135 mil habitantes e a maior ter mais de 680 mil habitantes, não há disponibilidade de informações sobre resíduos em nível mais detalhado do que este que será apresentado a seguir.

A questão da precisão e confiabilidade dos dados será tratada mais adiante.

TABELA 1 : Resumo dos principais dados levantados por Subprefeitura

SUB-PREFEITURA	População	Densidade Populacional	Renda	Geração de resíduos
	(habitantes)	(hab/ha)	(salários mínimos*)	(Kg/hab/dia)
Município	10.998.813	72,89	10,13	0,86
Aricanduva/Formosa/Carrão	255 159	118,68	10,89	0,86
Butantã	382 758	68,23	12,79	1,08
Campo Limpo	582 730	158,78	8,19	0,76
Capela do Socorro	683 083	50,90	7,28	0,70
Casa Verde/Cachoeirinha	313 743	117,51	9,62	0,80
Cidade Ademar	403 415	131,41	7,60	0,88
Cidade Tiradentes	217 127	144,75	5,65	0,50
Ermelino Matarazzo	209 776	138,92	8,53	0,74
Freguesia/Brasilândia	416 045	132,08	8,01	0,80
Guaianases	292 853	164,52	5,64	0,56
Ipiranga	425 930	113,58	11,11	0,88
Itaim Paulista	399 623	184,16	5,90	0,59
Itaquera	525 166	96,72	8,01	0,64
Jabaquara	212 467	150,69	11,66	0,84
Jaçanã/Tremembé	276 662	43,16	9,14	0,82
Lapa	266 077	66,35	15,70	1,27
M'Boi Mirim	547 050	88,09	6,52	0,69
Mooca	297 328	84,47	13,44	1,35
Parelheiros	151 533	4,29	5,05	0,62
Penha	472 769	110,46	9,76	0,80
Perus	135 766	23,74	6,42	0,76
Pinheiros	259 428	81,84	18,85	1,42
Pirituba	444 769	81,31	9,10	0,80
Santana/Tucuruvi	304 924	87,87	13,95	0,90
Santo Amaro	219 709	58,59	16,33	1,11
São Mateus	431 053	94,12	6,73	0,69
São Miguel	411 252	169,24	6,51	0,62
Sé	348 852	133,15	13,84	1,52
Vila Maria/Vila Guilherme	285 932	108,31	9,54	1,01
Vila Mariana	297 502	112,26	18,27	1,17
Vila Prudente/Sapopemba	528 332	158,66	8,72	0,76

*Salário mínimo em 2002, equivalente a U\$ 87.

Fonte dados de população SEMPLA, 2009

Fonte dados de renda SEADE, 2009

Fonte dados de resíduos LIMPURB, 2006.

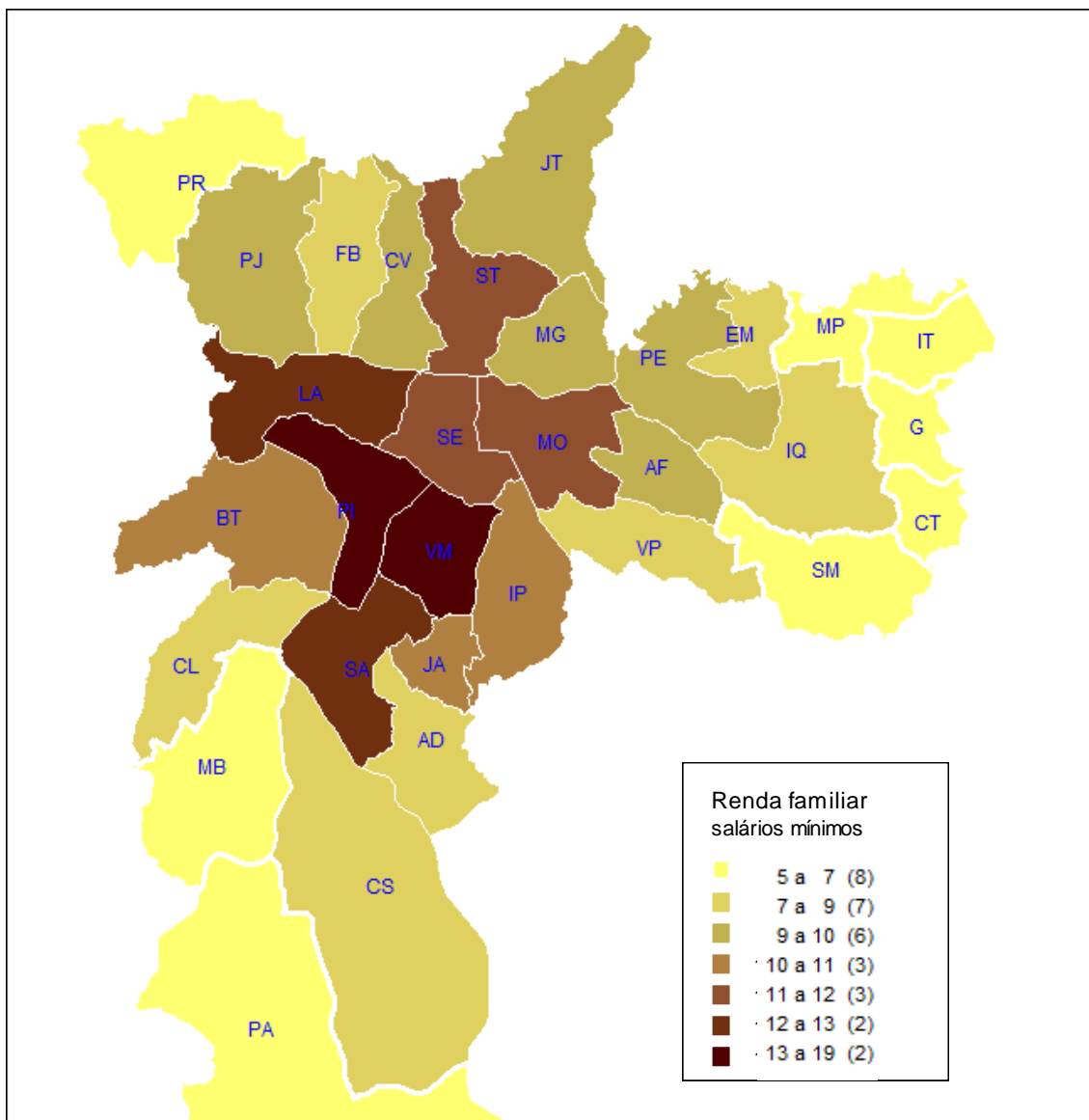
O município teve no ano de 2006 (último dado disponível¹), um Produto Interno Bruto - PIB - de 283 bilhões de reais, o que representa um PIB “per capita” de R\$ 25.674,86. O PIB nacional foi de R\$ 2,370 trilhões e o PIB per capita nacional foi de R\$ 12.688,00, portanto, São Paulo tem cerca do dobro da média nacional do PIB per capita e 12% do PIB nacional.

O mapa a seguir apresenta a distribuição de renda nas subprefeituras, evidenciando as desigualdades dentro do município, com variações de até três vezes, com a faixa menor entre 5 a 7 salários mínimos e a faixa maior entre 17 e 19 salários mínimos. O salário mínimo no Estado de São Paulo era em 2002 da ordem de oitenta e sete dólares.

MAPA 2 : Distribuição de renda nas Subprefeituras, em salários mínimos (2002)

1

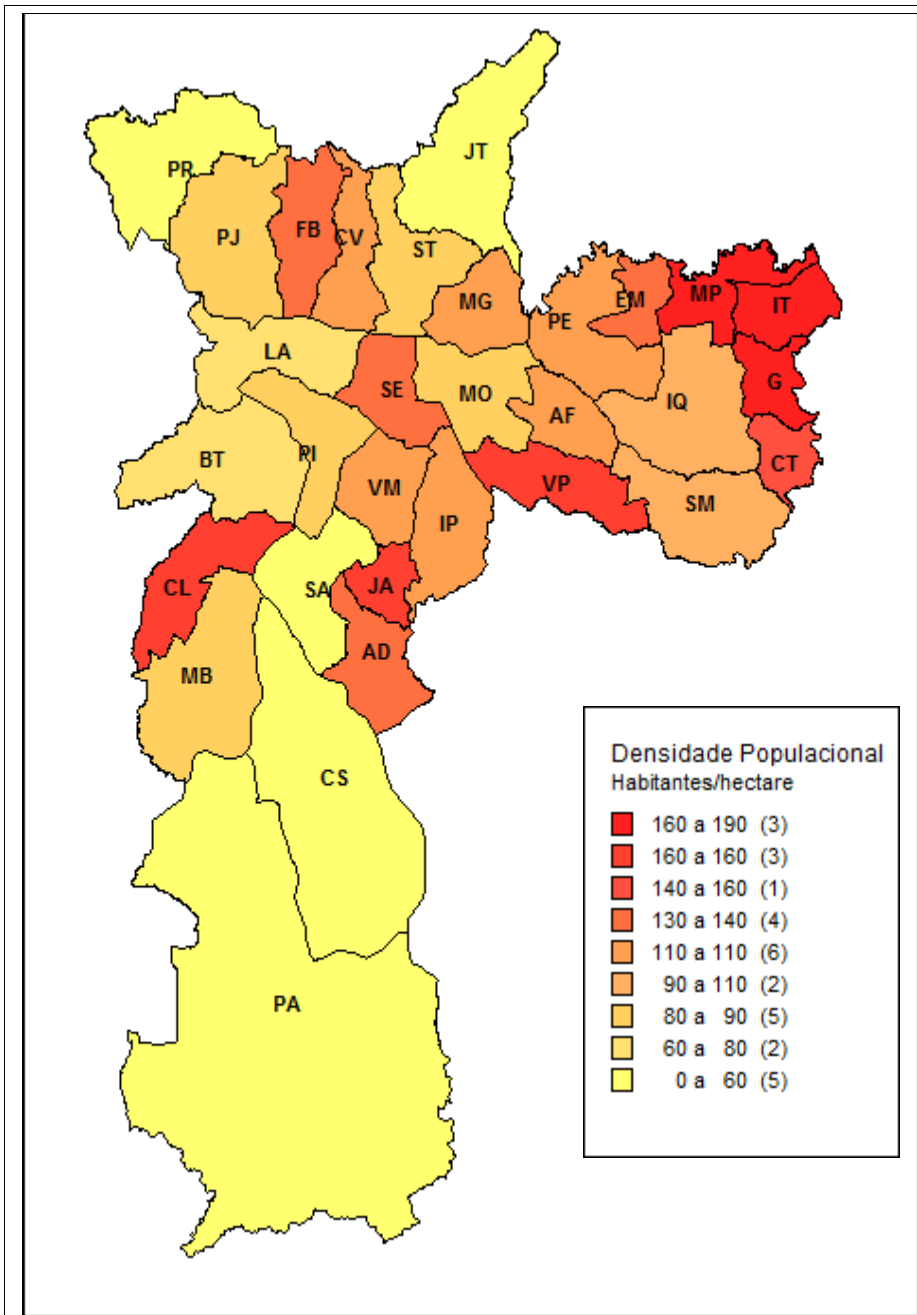
[fonte:http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/infocidade/htmls/13_produto_interno_bruto_total_e_per_capita_2002_225.html](http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/infocidade/htmls/13_produto_interno_bruto_total_e_per_capita_2002_225.html), consultado em 19.06.09.



O município possui 3 milhões de empregos formais (dados de 2006, excetuando-se os empregos públicos, fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais), dos quais 40,4% são ocupados por mulheres. O orçamento anual da administração municipal para 2009 é previsto em 25,4 bilhões de reais e no ano de 2008 foi de 25,3 bilhões (24,2 bilhões foram gastos), dos quais, um bilhão foi gasto com a limpeza pública, ou seja, 4% do orçamento municipal.

A população projetada para o ano de 2009 representa uma densidade de 72,89 habitantes por hectare. Sua distribuição no território está apresentada no mapa a seguir:

MAPA 3 : Densidade populacional por Subprefeitura (habitantes por hectare)



Como se pode observar a distribuição da população é extremamente desigual, ressaltando-se que o extremo norte e o extremo sul da cidade são áreas de proteção ambiental, estando, principalmente a Subprefeitura de Parelheiros, ainda, com baixo nível de ocupação, com características inclusive de ocupação rural.

O município possui cerca de 5% da população nacional, ocupando uma área de 1.509 Km², o que representa perto de 0,1% do território nacional.

GRÁFICO 2 : Evolução histórica da caracterização dos resíduos

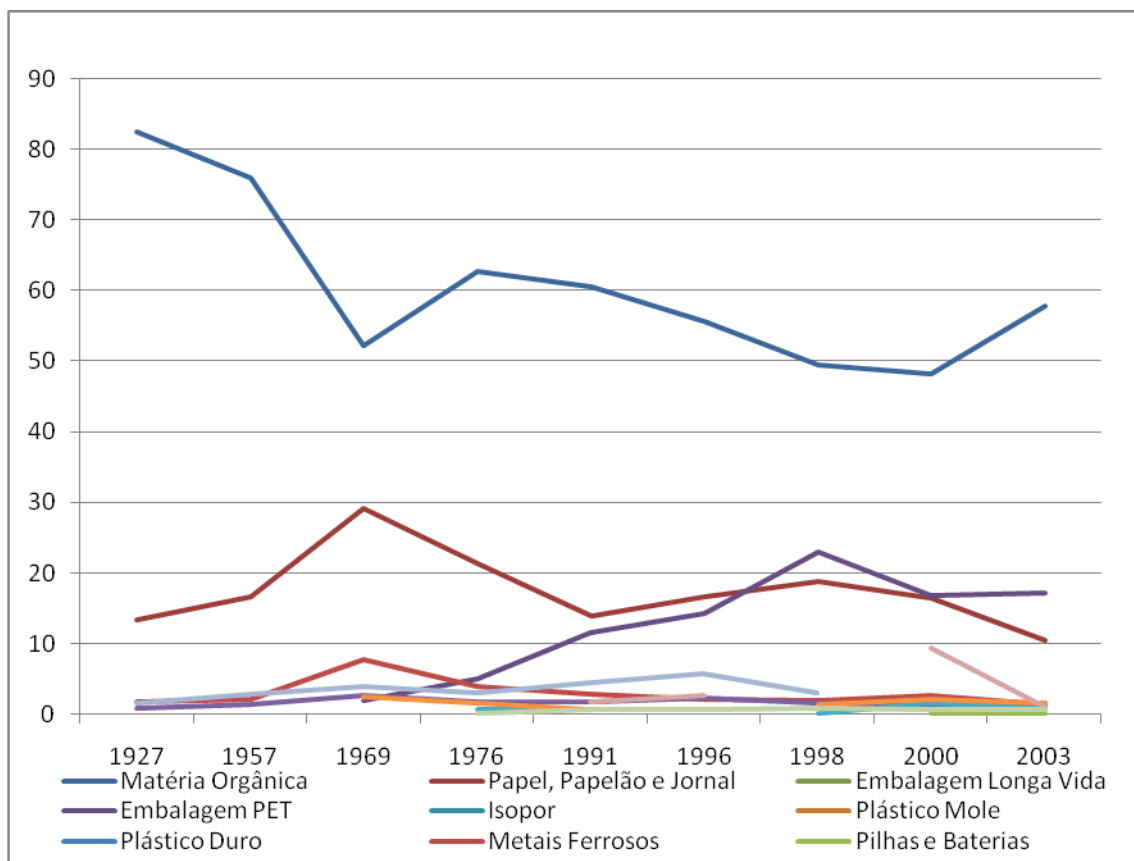
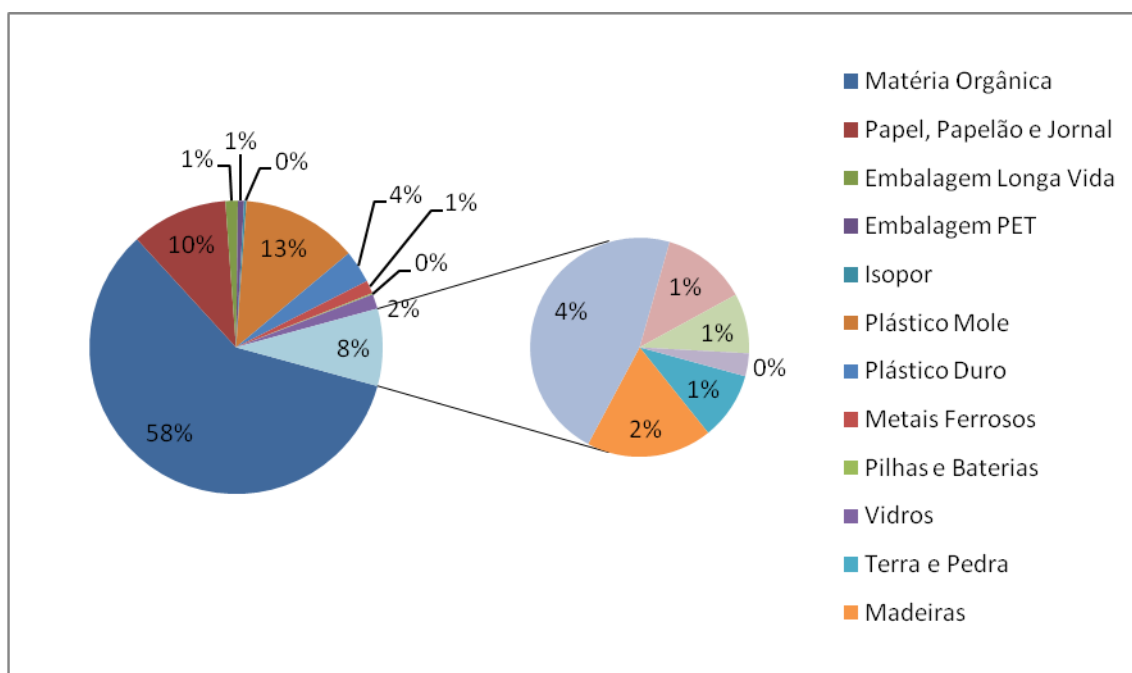


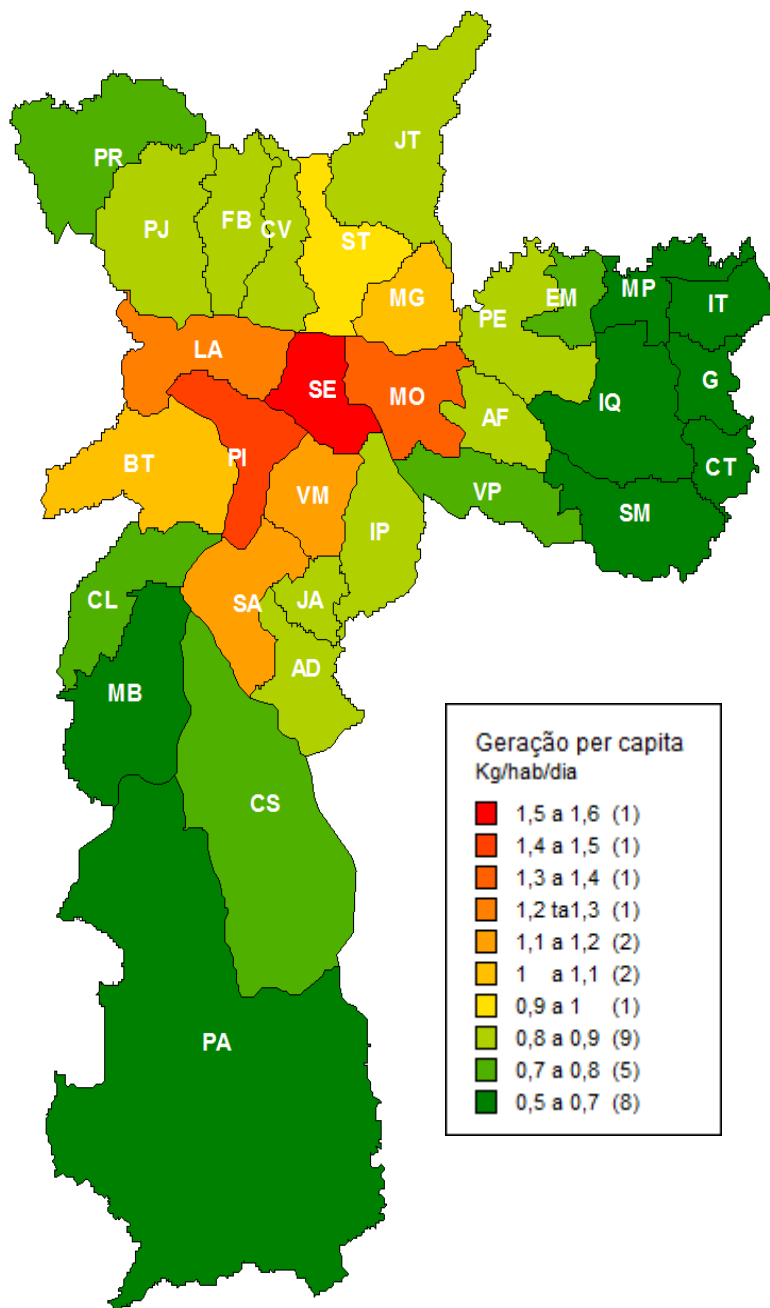
GRÁFICO 3 : Caracterização dos resíduos em 2003



A geração diária de resíduos domiciliares (média obtida através da quantidade coletada entre março de 2005 e fevereiro de 2006, segundo o Relatório Técnico nº. 105 do Departamento de Limpeza Urbana – Limpurb - da Prefeitura de São Paulo) foi de 8.923 toneladas.

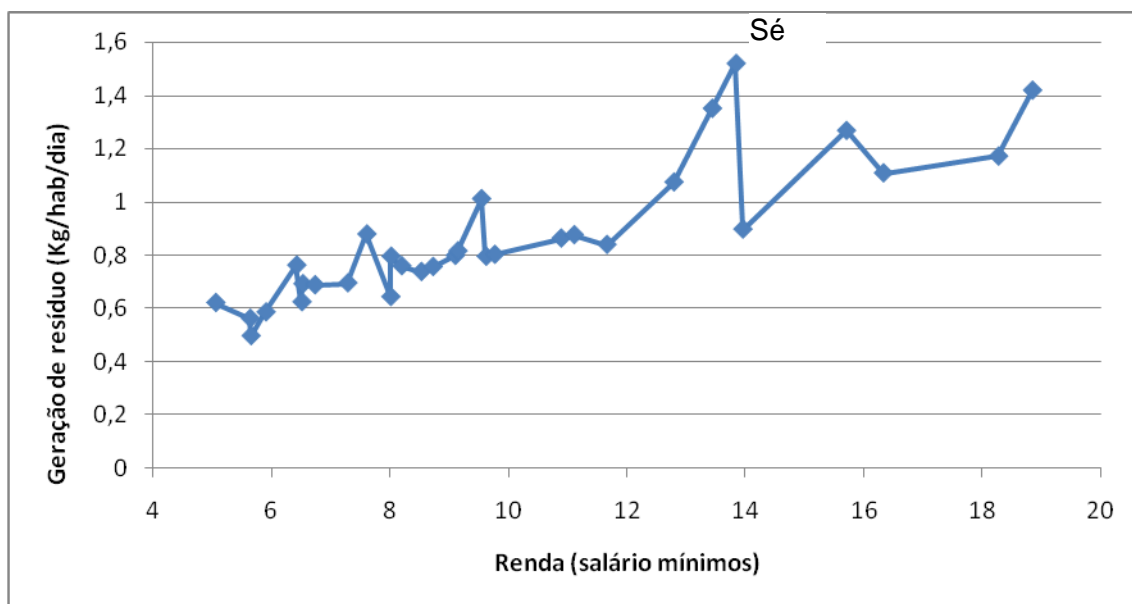
Com base nos dados desse relatório foi levantado um custo de 239 reais a tonelada para a coleta, transporte e destinação para o período abrangido.

MAPA 4 : Geração de resíduo por habitante, por Subprefeitura (Kg/hab/dia)



É apresentado, a seguir, um gráfico que demonstra a relação entre a renda e a geração de resíduos, entre as várias Subprefeituras, apresentando-se como exceção a Subprefeitura Sé, por ser a região central que concentra grande número de população em trânsito.

GRÁFICO 4 : Relação entre renda e geração de resíduos



A gestão de resíduos sólidos domiciliares é feita sob regime de concessão desde dezembro de 2002. Desde a introdução dos contratos, a coleta dos resíduos domiciliares está sendo realizada separadamente da coleta dos serviços de varrição e demais serviços de limpeza pública, levando a uma aparente diminuição da quantidade coletada, uma vez que os dados anteriormente divulgados giravam em torno de 10 a 12 mil toneladas diárias, englobando os resíduos domiciliares e de varrição.

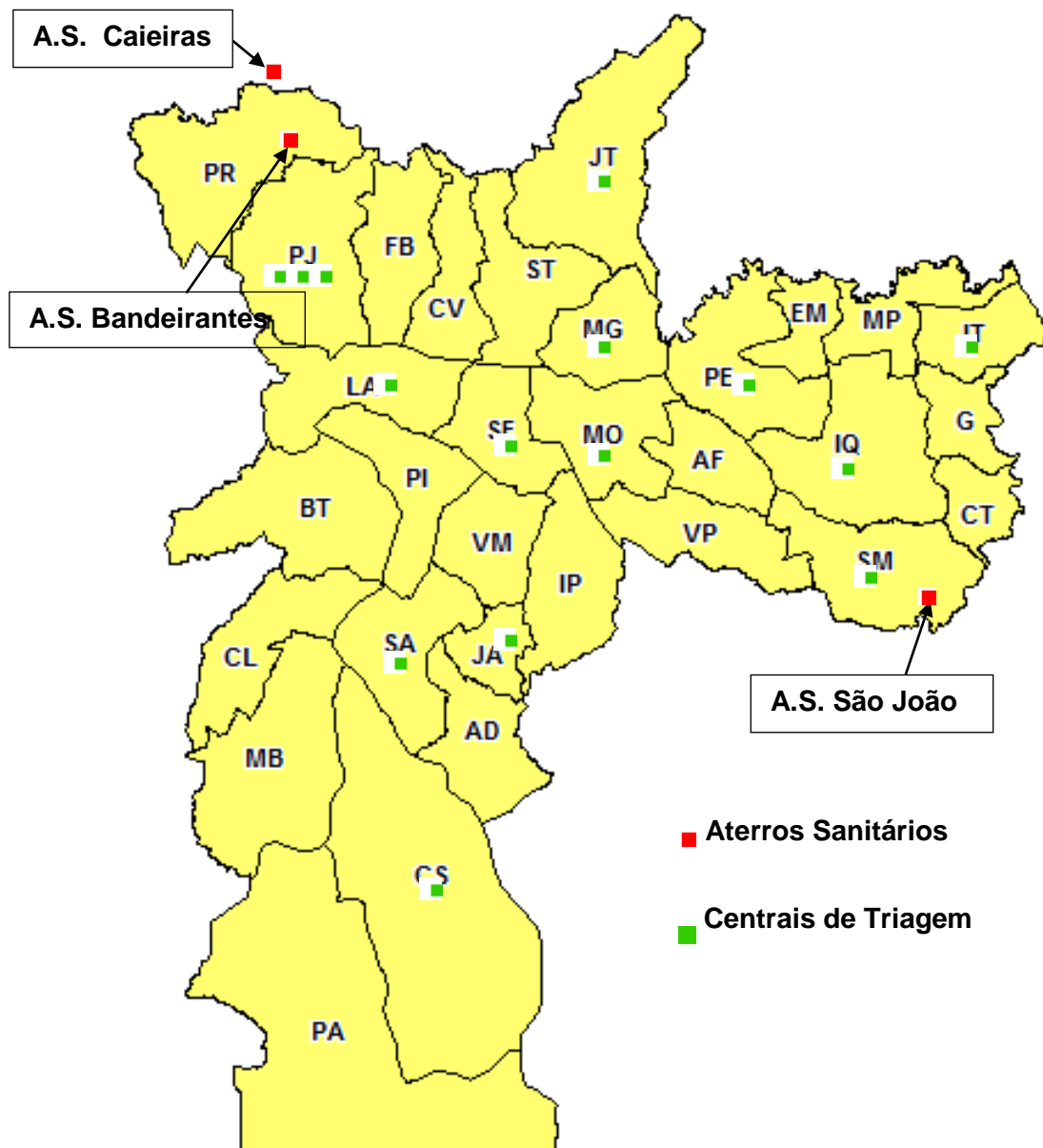
Porém, o total de resíduos coletados, incluindo-se o entulho e os resíduos oriundos dos demais serviços de limpeza da cidade centralizados no Departamento de Limpeza Urbana (ainda existem serviços de limpeza e conseqüentes gastos descentralizados nas Subprefeituras) totalizaram a quantia de 20.825 toneladas diárias. Desse total, 12.550 toneladas diárias vão para os aterros sanitários, os demais são resíduos inertes e têm destinação diferenciada. 58% desses resíduos são destinados diretamente aos aterros sanitários, os demais 42% passam por unidades de transbordo.

Os resíduos domiciliares coletados pelo Limpurb eram destinados aos aterros sanitários São João e Bandeirantes até data recente. O Aterro Sanitário São João, que é municipal e fica localizado na Estrada de Sapopemba, km 33, na Subprefeitura de São Mateus, recebe os resíduos coletados pela empresa concessionária EcoUrbis. A maior parte dos resíduos é destinada para este local. A operação do aterro São João foi iniciada em 1992 (fonte: portal Limpurb, consultado em 18.06.09).

O Aterro Sanitário Bandeirantes, também municipal, fica localizado na Rodovia dos Bandeirantes km 26, em Perus e recebia resíduos coletados pela empresa concessionária Loga. Em 2006 recebia uma média de 4.483 toneladas diárias de resíduos, porém está desativado desde março de 2007. A partir desta data, parte dos resíduos passou a ser destinado para o Aterro de Caieiras, que pertence à concessionária Essencis, fora do município de São Paulo, na cidade de Caieiras (fonte: portal Limpurb, consultado em 18.06.09). A outra parte dos resíduos está sendo destinada para o Aterro de Pedreira, no bairro do Tremembé, zona norte de São Paulo.

O conjunto dos serviços de limpeza que são centralizados totaliza gastos de R\$ 778.563.450.

MAPA 5 : Localização da unidades de destinação



Desde ao menos os anos 70, o Departamento de Limpeza Pública produziu mensalmente um relatório com os principais dados sobre os resíduos coletados, transportados e tratados ou destinados e custos do sistema. Esses dados ganharam mais credibilidade com a implantação de sistema automático de pesagem dos caminhões nas unidades, o que ocorreu em 1995. Esses relatórios ficavam disponíveis para consulta da população na unidade de divulgação daquele Departamento. Com a implantação dos contratos de concessão esses relatórios deixaram de ser feitos. Alega o Limpurb que qualquer pessoa

pode solicitar dados, que esses serão disponibilizados, o que, mesmo que ocorra, acresce um grau de dificuldade muito grande no acesso às informações.

Cabe destacar que com o avanço dos recursos tecnológicos, em especial a internet, a prefeitura passou a disponibilizar por este meio uma vasta gama de informações, no entanto, os dados sobre os resíduos foram na contramão desta posição. Provavelmente o único ganho na qualidade da informação tenha advindo da separação dos resíduos de varrição dos resíduos domiciliares, anteriormente coletados juntos. Podendo-se assim conhecer melhor as quantidades de cada tipo de resíduo.

No entanto, a falta de caracterização criteriosa impede que conheçamos a real composição dos resíduos, uma vez que a amostragem é feita após o resíduo ser disposto na rua para a coleta e conseqüente ação dos catadores, ou seja, basicamente só conhecemos os dados dos resíduos que não são reciclados.

Também é preciso se levar em conta que os resíduos de estabelecimentos comerciais e industriais até o limite de 200 litros diários é disposto e coletado como resíduo domiciliar, também interferindo na análise da composição desses.

Esta distorção é percebida nitidamente quando se contrapõe os dados de geração per capita apresentados no Gráfico 4, onde se observa o aumento da geração com o aumento da renda, dado este que não é refletido na composição dos resíduos, que não apresentou mudança significativa de uma região para outra, em que pese haverem mudanças de até 3 vezes na geração per capita.

Tem-se também que levar em conta que as desigualdades na cidade se dão mesmo internamente às Subprefeituras, lembrando-se que a subprefeitura de menor população tem mais de 135 mil habitantes.

Com relação à reciclagem dos catadores e demais sistemas paralelos ao municipal, não há, que tenhamos conhecimento, nenhum estudo que consolide as quantidades que são encaminhadas à indústria recicladora, muito menos que mostre a origem desses resíduos.

Descrição da gestão dos resíduos

O poder executivo municipal é organizado a partir de Secretarias, sendo que cada Secretaria tem suas atribuições definidas em lei. As Secretarias são divididas em Departamentos ou Superintendências, cada um desses sendo responsável por uma área

específica. Os serviços de limpeza pública são de responsabilidade do Limpurb - Departamento de Limpeza Pública, que pertence à estrutura da Secretaria de Serviços.

O Limpurb é, portanto, pertencente à administração direta municipal.

Existe ainda a estrutura descentralizada, organizada em Subprefeituras. A descentralização de serviços municipais já passou por diferentes etapas ao longo do tempo, indo e vindo entre modelos mais ou menos centralizadores. Atualmente os serviços de limpeza são organizados em divisíveis e indivisíveis. São considerados indivisíveis os serviços, de forma geral, realizados nas vias públicas sem ligação direta com um gerador específico, ou, com gerador não identificável. Dentro deste conceito, cuja implantação será justificada a seguir, somente os resíduos domiciliares, sua coleta e destinação, são considerados divisíveis.

Os serviços de limpeza pública tiveram sua terceirização iniciada em 1966 e concluída em 1987. Já nesta época a gestão era feita pelo Departamento de Limpeza Pública e o custeio dos serviços era suprido por verbas do orçamento municipal (Tiveron, 2001).

No ano de 2003 foi implantada uma taxa específica para fazer frente aos serviços de limpeza pública. Pretendeu-se uma taxa proporcional à quantidade de resíduos gerada por domicílio. O valor adotado, porém, foi dividido em diferentes faixas a depender de cada região e foi calculado a partir da média de resíduos coletados naquela região.

Em outubro de 2004 iniciou-se a execução dos serviços “divisíveis” pelo regime de concessão, ficando a cidade dividida em duas regiões Noroeste e Sudeste. Os serviços sob concessão seriam sustentados pela taxa de limpeza pública, no entanto, em 2005 esta taxa foi abolida devido ao clamor da população, contra o aumento de tributação. A cobrança desta taxa foi considerada fator decisivo para a derrota da Prefeita Marta Suplicy, que a implantou, levando a oposição ao poder com a promessa de sua extinção.

A concessão engloba o investimento em implantação de novos aterros sanitários e unidades de transbordo, usinas de compostagem nos aterros a serem implantados. Inclui também a coleta seletiva, centrais de triagem e coleta diferenciada em favelas. Está prevista também a conteneurização da coleta domiciliar.

Também são considerados resíduos sólidos domiciliares os não-residenciais (comerciais e industriais) com características de Classe 2, até o limite de 200 litros de resíduos por dia/unidade comercial/industrial.

Todas as despesas de investimentos foram suspensas em 2005, no início do governo Serra, que analisava a possibilidade de anulação desses contratos, o que terminou não

ocorrendo. No entanto, até o presente momento, nenhum novo investimento foi feito pelas empresas concessionárias na implantação de novas unidades de tratamento de resíduos.

Os demais serviços de limpeza, os considerados “indivisíveis”, continuam sendo executados de forma terceirizada e são, atualmente, organizados em nove agrupamentos (contratos) diferentes, englobando serviços de varrição bem como a coleta de seus resíduos, transporte e destinação dos mesmos; a coleta, transporte e destinação de resíduos descartados nas vias, geralmente entulho de construção civil; a varrição e lavagem de feiras livres; a varrição manual ou mecanizada de vias públicas e sua lavagem e varrição de calçadas (vias não abertas ao tráfego de veículos, quando necessária; limpeza de monumentos; coleta e transporte de grandes objetos tais como móveis velhos descartados nas vias em dias determinados pela administração; e sua fiscalização fica a cargo das Subprefeituras e não do Departamento de Limpeza Pública, em que pese este ser o responsável pela contratação.

Ainda, alguns serviços de limpeza pública como a limpeza de bocas de lobo, ramais e galerias de águas pluviais; poda e remoção de árvores e corte de grama em áreas públicas como praças, são contratados diretamente pela Secretaria de Coordenação das Subprefeituras ou pelas próprias Subprefeituras e por estas fiscalizados.

A coleta, transporte e tratamento de resíduos dos serviços de saúde, tanto de estabelecimentos públicos quanto dos privados, ficaram contemplados na concessão.

Foi criada a AMLURB – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, ente autárquico vinculado à Secretaria de Serviços e Obras do Município de São Paulo, criado pela Lei Municipal nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, para dar sustentação à concessão. A AMLURB seria a agência reguladora do serviço, no entanto, até o presente momento sua implantação não aconteceu, ficando ainda sob a responsabilidade do Departamento de Limpeza Pública, da administração direta, a gestão dos serviços, inclusive de concessão.

A limpeza pública, à exceção da coleta domiciliar, é um dos itens de maior geração de reclamações por parte da população. Contribui para esta situação o fato da cidade ser localizada em um meio geográfico desfavorável dada sua topografia acidentada e seus altos índices pluviométricos (1317mm ao ano) e, com um crescimento desordenado que levou à ocupação das várzeas da rica malha hídrica que a corta.

O descarte de resíduos na via pública é considerado uma das razões das enchentes que assolam a cidade, uma vez que esses resíduos terminam chegando à drenagem de águas pluviais.

Cabe ressaltar que a varrição de ruas já foi objeto de diversas denúncias e investigações, inclusive com punição de culpados, de desvios de recursos públicos.

Segundo o Limpurb são varridos o equivalente a 6.900 quilômetros de vias públicas por dia. O volume de resíduo de varrição é de aproximadamente 300 toneladas diariamente.

O serviço de varrição é pago por extensão de rua varrida, dentro de uma programação previamente estabelecida, porém, a fiscalização da efetiva execução desses serviços é bastante precária.

Existe a modalidade de coleta diferenciada:

“O sistema de coleta nas comunidades carentes é dividido em três formas distintas de execução:

- Comunidade tipo 1, composta por até 50 domicílios, segue o modelo porta a porta.
- Comunidade tipo 2, composta por 50 até 900 domicílios, instalação de contêineres metálicos em locais previamente estabelecidos e em número suficiente para armazenar a quantidade de resíduos domiciliares gerados em cada uma das residências. Os coletores são funcionários contratados pela empresa dentro da própria comunidade cabendo a eles a tarefa de remover e transportar os resíduos até os contêineres.
- Comunidade tipo 3, composta por mais de 900 domicílios, terá a coleta porta a porta efetuada por coletores que transportarão os resíduos em contêineres plásticos, com capacidade de 240 litros, até os locais onde estarão os compacteineres². “ (fonte: <http://www.loga.com.br/coleta.htm>)

A coleta seletiva nunca chegou a ser implantada em toda a cidade de forma organizada. Atualmente (dados de 2006) representa a cifra irrisória de 0,54% em peso da coleta convencional. Dados do período analisado totalizam, no ano, 17.424 toneladas entre a coleta seletiva solidária e a coleta seletiva diferenciada, frente a um total de 3,4 milhões de toneladas de resíduos domiciliares coletados convencionalmente.

A coleta seletiva é feita em duas categorias chamadas de coleta seletiva solidária, que é feita pelas cooperativas através da concessão de meios como a central de triagem e, em alguns casos, caminhão fornecidos pelo Departamento de Limpeza Pública e a chamada

2 O compacteiner é um novo tipo de equipamento compactador de lixo que tem o objetivo de facilitar a coleta de lixo nas comunidades carentes. Sua principal função é armazenar até 7 toneladas de lixo coletadas, sendo compactadas em um terço do seu volume, aumentando a higiene local e evitando que o lixo e o chorume fiquem expostos.

coleta diferenciada, feita pelas concessionárias, em circuitos pré-estabelecidos, porém com o uso de caminhões compactadores.

Porém, segundo o portal do Limpurb na internet:

“Os dados de material coletado pelas cooperativas de Janeiro a Dezembro de 2008 foi de 40.919 toneladas, sendo que, 15.695 toneladas foram coletadas pelas Centrais de Triagem e 25.224 pelas Concessionárias Loga e Ecurbis, possibilitando sobrevida aos aterros sanitários e uma melhor destinação ao material que é gerado diariamente. A quantidade de 40.919 toneladas perfaz 7% do total do resíduo passível de ser coletado no Município de São Paulo.”

Este percentual de 7% é, com certeza, equivocado, uma vez que a cidade coleta um total de 3.256.978 de toneladas ao ano de resíduos domiciliares.

Cabe salientar que o que efetivamente contribui para a redução da quantidade destinada para aterros sanitários é o trabalho dos 20.000 catadores que atuam em São Paulo. Esta é uma estimativa do Instituto Pólis construída com base em dados fornecidos pela Prefeitura em 2004 (Grimberg, 2007).

Além da coleta porta a porta existem outras modalidades de coleta:

“Pontos de Entrega Voluntária (PEV) - Entre os equipamentos utilizados na Coleta Seletiva, são mais de 3500 PEV's (3811 em 03/2009) instalados em locais específicos e a implantação da containerização através da instalação de PEV's (Pontos de Entrega Voluntária) de 1000 litros e 2500 litros para material reciclável, em estacionamentos de bancos, supermercados, escolas municipais, estaduais e particulares, universidades e condomínios.

Condomínios participantes: Temos 1862 condomínios residenciais participantes do Programa de Coleta Seletiva, sendo utilizado 2876 containeres.”

Segundo o Limpurb, também existem 15 cooperativas atuando em conjunto com a prefeitura, mas sabe-se que de fato somente 11 cooperativas estão funcionando efetivamente.

A composição dos materiais encaminhados às cooperativas é apresentada a seguir:

GRÁFICO 5 : Caracterização do material da coleta seletiva oficial



Fonte: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/servicoseobras/limpurb/0005>

O sistema como um todo consome os recursos listados a seguir, segundo dados do ano 2000 (relatório de Limpurb com os resultados da caracterização realizada naquele ano):

600 caminhões, dos quais 430 coletores compactadores (492 compactadores segundo dados do portal de Limpurb);

66 carretas de 40 toneladas de capacidade;

22 tratores de esteira;

45 caminhões tanque;

90 veículos leves de passageiros para fiscalização;

25 veículos de transporte leve (utilitários) para a coleta de pequenos geradores de saúde;

9 veículos de capacidade de 10 toneladas para a coleta de resíduos de saúde de grandes geradores – hospitais;

7 varredoras mecanizadas;

3500 homens garis;

3200 coletores para todos os resíduos coletados;

1300 motoristas;

200 funcionários administrativos.

O manejo do lixo e dos resíduos

Conforme os dados expostos anteriormente, a coleta seletiva feita pelo poder público é praticamente insignificante, mesmo que seja considerada a coleta realizada pelas cooperativas conveniadas com a prefeitura, hoje num total de onze, posto que ambas somam, em acordo com dados oficiais, a quantia anual de pouco mais de 40 mil toneladas, frente a uma produção de mais de 3 milhões de toneladas de resíduos domiciliares.

Porém, a indústria da reciclagem absorve mais de 4,5 milhões de toneladas anuais de resíduos (cálculos baseados em dados publicados pelo Cempre³) e a população do município representa 12,5% da população urbana do país. Se consideramos que os materiais reciclados são distribuídos uniformemente pela população, teremos que São Paulo é responsável por mais de 500 mil toneladas anuais de resíduos, o que representa, no mínimo, dez vezes mais que a coleta da prefeitura. É muito provável que este número seja ainda maior, pelo fato de que a aglomeração urbana e a conseqüente aglomeração de resíduo propicia mais a coleta nos grandes centros urbanos do que nos municípios de menor porte.

A coleta de recicláveis é feita, basicamente, por catadores de rua e alguns poucos programas privados de coleta seletiva. Conforme mencionado antes, estima-se que 20.000 catadores, entre avulsos, que trabalham de forma individual, e organizados em associações e cooperativas atuem em São Paulo (Grimberg, 2007).

A coleta feita por catadores na cidade existe pelo menos desde o século XIX, sendo, inicialmente, voltada para o vidro reutilizável, sendo, hoje, o papel o material de maior significância, em termos de peso.

A organização desses trabalhadores cresceu significativamente nestes últimos anos, tendo como destaque a criação do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, criado em 2000 e a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no contexto do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília em 2001.

Um percentual reconhecidamente significativo, porém não mensurado, dessas pessoas estão em situação de rua.

3 Compromisso Empresarial para a Reciclagem (www.cempre.org.br)

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social⁴, em 2006, quanto à renda dessas pessoas:

“Dentro da média de renda estabelecida pelos serviços, há catadores que a renda mensal é de R\$ 1.000 aproximadamente, bem como catadores que a renda é R\$ 50. Isso depende da própria produtividade da pessoa e de ela ter “pontos” de coleta já previamente estabelecidos.”

Porém, com o advento da crise econômica mundial, estima-se que esta renda, no ano de 2009, tenha caído ao menos em 25%, tendo caído também o valor pago pelo material, que é comprado por atravessadores para então ser encaminhado à indústria, salvo raras exceções.

Segundo o MNCR, no início de 2009:

“..., os preços pagos atualmente não permitem mais a sobrevivência dos catadores. “Em São Paulo, a queda dos preços do quilo de material chega a 62%, caso do ferro, que em setembro custava R\$ 0,42 o quilo e em novembro estava a R\$ 0,16”.

... o papelão, no mesmo período, baixou 14%, passando de R\$ 0,28 para R\$ 0,24 o quilo. O plástico coletado também baixou, passando de R\$ 0,40 para R\$ 0,30 – uma redução de 25%. O alumínio, que estava a R\$ 3,40 em setembro, estava em novembro a R\$ 2,90. Atualmente, os catadores recebem das empresas apenas R\$1,80 por quilo do produto, uma queda de 47%.

“Em dezembro sequer teve cota para o alumínio, uma vez que não houve comercialização do produto”, completou.”

O MNCR reivindica a remuneração dos catadores, pelo poder público, pelo serviço ambiental prestado, posto que o material por eles recolhido gera economia para o poder público que deixa de gastar com a coleta.

Esta remuneração está prevista na legislação municipal (lei 13.478 de 2002, que organiza o sistema de limpeza pública e autoriza o regime de concessão):

“Art. 70 - A Prefeitura ou a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB poderão celebrar convênios com as cooperativas interessadas em prestar os serviços de limpeza

4 http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/servicos/populacao_ rua/0004

pública disciplinados nesta Seção, para repasse de recursos financeiros, materiais ou humanos, com vistas a incentivar sua execução.”

Porém, em dezembro de 2008 o Legislativo municipal aprovou projeto de lei sobre a remuneração dos catadores, mas o mesmo foi vetado pelo Executivo.

A catação nas unidades de destinação (aterros) não é praticada no município já há muito tempo, sendo que os aterros são totalmente cercados e vigiados vinte e quatro horas por dia há pelo menos vinte anos.

Com relação à forma como é feita a catação, é importante frisar que os resíduos domiciliares são dispostos na rua para a coleta em sacos plásticos, em sua grande maioria entre 30 e 100 litros de capacidade, porém, é freqüente que a população disponha materiais conhecidamente aproveitáveis como jornais e papelão, separadamente.

A grande maioria dos catadores usa carrinhos ou carroças e carregam em média cerca de 500 Kg, podendo chegar até a 800 Kg. Procuram as regiões mais ricas em materiais recicláveis como a região central da cidade. Algumas cooperativas dispõem de caminhões que auxiliam na coleta.

Existem cerca de 150 cooperativas no município, sendo que, atualmente, o poder público tem convênio com somente 11 delas.

Segundo Puech, 2008, baseada em pesquisa da FIPE de 2001, dos 8.704 moradores de rua mais de 2000 atuavam na catação.

Ainda segundo Puech, 2008, estudo da Secretaria Municipal do Trabalho que apresenta as características dos catadores de rua aponta para somente 10% como sendo mulheres.

Em setembro de 2008 realizou-se no Estado do Paraná, que se localiza logo ao sul de São Paulo, o Primeiro encontro de Mulheres Catadoras, que reuniu cerca de 300 mulheres de 13 Estados do Brasil e ainda algumas representantes da Colômbia.

Os dados divulgados neste encontro, de que 65% dos catadores de rua são mulheres, confrontam com os dados apresentados acima. Em levantamento preliminar realizado pelo Pólis com 402 catadores associados em São Paulo, chegou-se ao resultado de que cerca de 54% são mulheres.

Quanto à participação da população na separação dos resíduos, uma pesquisa realizada pelo Limpurb no ano de 2004 aponta que 61% dos entrevistados declararam que adotam esta prática com pelo menos um material, o mesmo ocorrendo nos estabelecimentos comerciais. Quanto aos que não praticam a separação, 59% declarou que tem interesse em fazê-lo, o que representa um alto potencial de crescimento na participação.

Em relação aos programas organizados por iniciativa do setor privado, merece destaque o do Grupo Pão de Açúcar, que foi pioneiro na disponibilização de contêineres para disposição de materiais separados para a reciclagem, em sua rede de supermercados. Esta iniciativa hoje é seguida por praticamente todos os supermercados de grande porte e boa parcela dos de médio porte.

Neste tipo de programa, as pessoas separam os materiais em suas residências e os levam ao local de deposição, geralmente aproveitando sua ida para as compras.

O programa do Pão de Açúcar já conta com mais de 140 postos de coleta distribuídos pelo Brasil (60 destes em São Paulo) e arrecadou mais de 26 mil toneladas de lixo reciclável, entre metal, papel, plástico, vidro e óleo de cozinha, gerando renda para mais de 20 cooperativas no Brasil, uma vez que o resíduo é doado. A rede de supermercados Wal Mart também disponibiliza pontos de entrega em 13 locais em São Paulo.

Quanto à recuperação de matéria orgânica é importante frisar que até recentemente a cidade possuía duas usinas de compostagem de resíduos orgânicos.

A usina de São Matheus foi inaugurada em 1970 com uma capacidade de tratamento de 700 toneladas diárias e a Usina de Vila Leopoldina foi inaugurada em 1974 para 900 toneladas diárias. Com o aumento da ocupação nas imediações dessas usinas o conflito com a população do entorno tornou-se muito significativo. Também com a falta de locais para o transbordo e a disposição final, cada vez mais foi diminuído o tempo de compostagem e essas usinas passaram a funcionar, na prática, como transbordo. Ambos fatores levaram ao fechamento das mesmas, sendo que a última a ser fechada, a de Vila Leopoldina, o foi em agosto de 2004.

Em termos de iniciativas voltadas para o combate ao desperdício, a organização não governamental Banco de Alimentos destaca-se no aproveitamento de sobras alimentares fornecidas pelas empresas doadoras e distribuídas entre instituições beneficentes cadastradas, possibilitando a complementação alimentar de todas as pessoas assistidas

pelas mesmas organizações. Em 2008 esta organização recolheu e distribuiu 545 toneladas de alimentos.

Também destaca-se o programa da Ceagesp, maior entreposto de alimentos do Brasil, situado em São Paulo, que comercializa quase 10 mil toneladas de alimentos diariamente. Criado em 2003, o Banco CEAGESP de Alimentos, coleta, seleciona e distribui alimentos. São doadas cerca de 200 toneladas mensais de alimentos.

Na Ceagesp é conhecida a catação de alimentos pela população carente que mora em seu entorno, porém não há disponibilidade de dados sobre esta situação.

Com relação aos trabalhadores formais, contratados pelas empresas terceirizadas que prestam serviços para o poder público, segundo a convenção coletiva de trabalho que abrange a categoria de coletores e varredores, para o biênio 2008/2009 e a vigorar a partir de março de 2008, os pisos salariais e benefícios são os apresentados abaixo:

Coletores/Bueiristas (Coleta Domiciliar, Coleta de Varrição e Feiras, Hospitalar)

Salário mensal	R\$ 710,87
Insalubridade mensal	R\$ 166,00 (40% do salário mínimo)
Tíquete refeição Mensal	R\$ 222,30
Vale alimentação Mensal	R\$ 122,13

Varredores/Serventes de Usina de Tratamento de Lixo e Transbordo Municipal

Salário mensal	R\$ 597,67
Insalubridade mensal	R\$ 83,00 (20% do salário mínimo)
Tíquete refeição Mensal	R\$ 222,30
Vale alimentação Mensal	R\$ 122,13

Com relação à participação da mão de obra feminina no trabalho formal do setor tem-se que:

“No início da década de 70, havia carência de mão-de-obra masculina em São Paulo para serviços de varrição, já que os melhores profissionais eram requisitados pelas empresas responsáveis pela construção do metrô. Naquela época, o então gerente da filial Piracicaba, José Mauro Porto, foi designado pela diretoria de Operações da empresa VEGA Engenharia Ambiental S.A., para incluir as mulheres no serviço de limpeza pública. A experiência pioneira foi feita com absoluto sucesso e, logo em seguida, repetida em

outras regiões, na Capital. Antes mesmo de o teste ser feito em São Paulo, havia uma preocupação em encontrar um nome popular que servisse de alternativa aos já tradicionais, como varredora e servente. Pensou-se na cor branca, que é sinônimo de limpeza, e na flor, que representa a mulher. Imediatamente, margarida foi considerada o mais adequado, inclusive porque nesse nome está contida a palavra gari. Dias depois, a mídia e a sociedade em geral aceitaram - e elogiaram - o ingresso da mulher na nova atividade profissional junto com seu apelido de trabalho. A VEGA abriu um novo mercado para as mulheres, que desde então se dedicam à atividade com interesse, merecendo o respeito dos pedestres que passaram a ter um motivo a mais para evitar sujar as ruas e manter a cidade limpa. “ (fonte <http://www.vega.com.br/curiosidades.asp>).

Segundo Santos, 1996, as mulheres representam 60% da categoria dos trabalhadores na limpeza pública.

Bibliografia

Convenção Coletiva de Trabalho – Siemaco-SP / Selur – 2008/2009, in http://www.siemaco.com.br/html/selur/selur_sp_2008_2009.htm em 03 de julho de 2009.

GRIMBERG, Elisabeth – Coleta Seletiva com Inclusão Social – Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo – Experiência e Desafios, Instituto Pólis, São Paulo, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – in <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> em 17 de junho de 2009.

LIMPURB – Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo – Relatório Técnico – Caracterização Quantitativa e Qualitativa dos Resíduos Sólidos Domiciliares da Cidade de São Paulo, 2000.

LIMPURB – Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo – Relatório Técnico - Caracterização Gravimétrica e Físico-Química dos Resíduos Sólidos Domiciliares do Município de São Paulo – 2003.

LIMPURB – Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo – Relatório Técnico –Relatório Técnico nº.105 – Fevereiro de 2006.

PUECH, Marina Pacheco e Silva de Rezende – Grupos de Catadores Autônomos na Coleta Seletiva do Município de São Paulo, Dissertação de Mestrado – Saúde Pública – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Tereza Luiza Ferreira dos – Coletores de Lixo:a Ambiguidade do Trabalho na Rua, Dissertação de Mestrado – Psicologia Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do Governo do Estado de São Paulo – in <http://www.seade.gov.br/> em 16 de junho de 2009.

SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo – in <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/>.

SMT – Secretaria de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo – in <http://www.stm.sp.gov.br/rmsp.htm>, em 17 de junho de 2009.

TIVERON, Valéria Paiva Martins – Gestão de Resíduos Sólidos no Município de São Paulo no Período de 1989 a 200 – Atores em Processo e Conflito – Dissertação de Mestrado – Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, 2001.